



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO e ADEILSON DE JESUS SANTOS.

MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 13.927.827/0001-97, com endereço na Praça Sete de Novembro, nº 359 – Simões Filho, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desporto, o Sr. Marcílio Galindo Pereira Lopes, brasileiro, portador do CPF 248.006.195-72 e do RG nº. 02013250-63 SSP-BA., doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, e de outro lado **ADEILSON DE JESUS SANTOS**, brasileiro, portador do CPF nº. 744.031.095-00 e RG de nº. 05047014-01 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Rio Vermelho, nº 199 – E, Ponto Parada, Simões Filho-BA, doravante denominado **LOCADOR**, resolvem firmar o presente Contrato de Locação de Imóvel para atender a Secretaria Municipal de Desporto, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações impostas pela Lei nº. 9.648/98, autorizado pelo despacho constante do Processo Administrativo nº. **9298/2014**, supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui-se objeto do presente Contrato, a locação de 01 (um) imóvel, de edificação Comercial com 02 (dois) pavimentos, composta de 02 (duas) salas, sanitários, cozinha e varanda totalizando uma área construída de 208 m², situado na Av. Castelo branco, nº 112, Ponto Parada, Simões Filho-BA, conforme **Dispensa de Licitação nº. 0026/2014**.

CLÁUSULA SEGUNDA – O imóvel em referência destina-se a instalação de um Centro de Esporte para aulas de Box e Jiu-Jitsu.

CLÁUSULA TERCEIRA – O preço global do aluguel do imóvel em tela será de **R\$ 44.400,00** (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) a ser pago mensalmente pelo Município, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas de **R\$ 3.700,00** (três mil e setecentos reais) cada uma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Obriga-se o **LOCATÁRIO** além da quitação do aluguel, a conta exclusiva, de todas as despesas decorrentes desta contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Obriga-se ainda a manter o objeto da locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza, para assim o restituir ao **LOCADOR**, quando finda ou rescindida a locação, correndo por sua conta exclusiva as despesas necessárias para esse fim, notadamente, as que se referem à conservação, não podendo quaisquer despesas com recuperação e manutenção ultrapassar o montante equivalente a 20% do valor deste pacto.

CLÁUSULA QUARTA – Fica o **LOCATÁRIO** autorizado a fazer instalação, adaptação, obra ou benfeitoria, inclusive colocação de luminosos, placas, letreiros e cartazes.

CLÁUSULA QUINTA – O **LOCATÁRIO** deverá encaminhar ao locador todas as notificações, avisos ou intimações dos poderes públicos que forem entregues a destinação da locação.

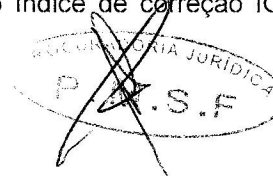
CLÁUSULA SEXTA – Interposição do Contrato: Este Contrato de Locação de nº **0147/2014 PMSF**, se regerá pelas normas do direito público, notadamente as da Lei nº. 8.666/93, suplementadas pelas leis do direito privado e através da **Dispensa de Licitação nº. 0026/2014**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Dotação e Empenho: As despesas decorrentes deste contrato de aluguel correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, já definida no Quadro de Detalhamento de Despesas para o ano de 2014:

Unidade	Atividade	Elemento	Fonte
03.15.000	2031	33.90.36	00

CLÁUSULA OITAVA – O prazo de locação deste imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir de 02.10.2014 até 01.10.2015, podendo ser renovado através de termo aditivo pactuado entre as partes, nos termos do art. 57, II da Lei nº. 8.666/93, ao qual poderá ser aplicado o índice de correção IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses.

Adeilson de Jesus Santos





CLÁUSULA NONA – O presente pacto é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser modificado ou rescindido unilateralmente pelo Ente Público, nos seguintes casos:

- A) MODIFICAÇÃO – para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do contratado previstos no presente contrato.
- B) RESCISÃO – nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
- C) AMIGÁVEL – por acordo entre as partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 79, sem culpa do contratado, este fará jus aos benefícios previstos no parágrafo 5º do art. 79 da Lei de Licitações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica estabelecida a multa de 2% (dois) por cento do valor mensal do presente Contrato à parte que descumprir o presente, sem prejuízo da execução das parcelas vincendas.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente Contrato ficará rescindido de pleno direito sem que as partes possam exigir uma da outra, qualquer tipo de indenização, nos casos de desapropriação, incêndio, desabamento ou outro tipo que impeça o uso regular do bem dado em locação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida decorrente da presente contratação.

Estando ambas as partes de comum acordo com as cláusulas deste instrumento, assinam o mesmo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Simões Filho/BA, 02 de Outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO.
Marcílio Galindo Pereira Lopes

ADEILSON DE JESUS SANTOS
Locador

Testemunhas:

CPF: 050 223 695 75

CPF: 10506133591

